

Portal da CUT

Comando Nacional aponta greve para dia 30

Bancários tiram calendário de mobilização para pressionar bancos a apresentarem novas propostas
Escrito por: Contraf-CUT • Publicado em: 22/09/2014

A exemplo das proposições de caráter social apresentadas na quarta-feira (17), o Comando Nacional dos Bancários também considera insuficientes as propostas de caráter econômico trazidas à mesa pela Fenaban nesta sexta-feira (19), na sétima rodada de negociações da Campanha 2014, que incluem reajuste de 7% no salário (0,61% de aumento real), na PLR e nos auxílios refeição, alimentação e creche, além de 7,5% no piso (1,08% acima da inflação). E aprovou um calendário de mobilização para pressionar os bancos a apresentarem novas propostas que atendam as expectativas da categoria, apontando para a deflagração de greve por tempo indeterminado a partir de 30 de setembro, com assembleias deliberativas nos dias 25 e 29.

"É uma novidade em relação aos anos anteriores os bancos apresentarem uma primeira proposta já com aumento real e valorização do piso. Isso é importante para nós porque é um reconhecimento da necessidade de os bancários terem aumento acima da inflação e os pisos ainda mais valorizados, mas os índices de reajuste são muito insuficientes diante do lucro do sistema financeiro. Queremos mais. Além disso, a Fenaban não apresentou propostas para proteger o emprego, combater o assédio moral e melhorar a segurança, que hoje são demandas fundamentais para os bancários", avalia Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

"Pela longa tradição de luta, os bancários sabem que todas as conquistas da categoria são resultado da sua capacidade de construir a unidade nacional, de se mobilizar e de pressionar os banqueiros. Agora é hora de estreitar a unidade e intensificar a mobilização em todo o país para que possamos fazer uma campanha melhor ainda que no ano passado e alcançar novas conquistas", acrescenta Cordeiro.

A proposta econômica dos bancos

Reajuste de 7% (0,61% de aumento real).

Piso portaria após 90 dias - 1.235,14 (7,5% ou 1,08% de aumento real).

Piso escritório após 90 dias - R\$ 1.771,73 (1,08% acima da inflação).

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.393,33 (salário mais gratificação mais outras verbas de caixa), significando 1,08% de aumento real).

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 1.812,58, limitado a R\$ 9.723,61. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 21.391,93.

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 3.625,16.

Antecipação da PLR

Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva e a segunda até 2 de março de 2015.

Regra básica - 54% do salário mais fixo de R\$ 1.087,55, limitado a R\$ 5.834,16 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro.

Parcela adicional - 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2014, limitado a R\$ 1.812,58

Auxílio-refeição - R\$ 24,14.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 425,20.

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 353,86.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 302,71.

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 137,52.

Requalificação profissional - R\$ 1.210,04.

Auxílio-funeral - R\$ 811,92.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 121.072,92.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 84,75.

A Contraf-CUT está enviando orientações jurídicas aos sindicatos sobre o cumprimento dos prazos para realizações de assembleias e decretação da greve.

Calendário

Setembro

24 - Quarta rodada de negociação específica com o Banco da Amazônia.

24 e 25 - Terceira rodada de negociação específica com o Banrisul.

25 - Assembleia para aprovar greve a partir do dia 30.

26 - Quinta rodada de negociação com o Banco do Brasil.

26 - Segunda rodada de negociação específica com BNDES

29 - Assembleia para deflagração da paralisação

30 - Greve nacional por tempo indeterminado

Outubro

1º e 2 - Quarta rodada de negociação específica com o Banrisul

2 - Manifestações em frentes aos prédios do Banco Central, em defesa de um BC independente do mercado financeiro.

Portal da CUT

Governo de Minas Gerais e a censura da verdade

Movimentos sindical e social organizam hoje ato em apoio ao Sind-UTE/MG e à liberdade de expressão

Escrito por: Sind-UTE/MG • Publicado em: 22/09/2014

Nesta segunda-feira (dia 22 de setembro), a partir das 18h, será realizado, em Belo Horizonte, um ato de apoio ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). O ato acontece no auditório do Sindicato dos bancários, à Rua dos Tamoios, 611 – Centro da capital.

A manifestação contará com a participação dos movimentos social, Sindical, estudantil, igrejas, pastorais e demais organizações em defesa do Sind-UTE-MG, que vem sofrendo ataques da coligação do PSDB.

Estamos vivendo aqui em Minas Gerais uma ditadura

"Minas Gerais é realmente um Estado de exceções. Por aqui, os poderes da República, que deveriam zelar pelos interesses públicos, zelam pelos interesses do grupo político que comanda o Estado."

O Sind-UTE/MG sempre utilizou de veículos como jornais, outdoors e outros meios para dialogar com a sociedade e denunciar o descaso do governo de Minas para com a educação.

Porém, o candidato ao governo de Minas pela coligação encabeçada pelo PSDB, Pimenta da Veiga, vem acusando o Sind-UTE/MG de fazer propaganda eleitoral negativa e, com isso, "querem censurar as/os educadoras/es na Justiça: entraram com uma ação para proibir qualquer manifestação que tenha como pauta mostrar ao povo mineiro a realidade da péssima gestão na educação no Estado."

Como disse Beatriz Cerqueira, professora, coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, "como é possível que, no período eleitoral, não se possa questionar, criticar, dizer sobre as condições da escola pública?

Querem nos colocar num lugar de invisibilidade, anulando o nosso papel de dizer as reais condições em que se encontram as escolas e seus profissionais. Como fica o debate democrático, se a população é impedida de conhecer a realidade?

É isso que o Tribunal Regional Eleitoral quer impor aos educadores mineiros: que fiquemos calados, que não critiquemos, que não demos a nossa opinião. Com essa prática prevalece a velha política do coronelismo: política é coisa para os profissionais, não para o trabalhador."

O assunto é tema de coletiva do presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, que acontece na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, às 14h.

Portal da CUT

A verdade sobre o assédio moral

Documentário dos Bancários de Porto Alegre evidencia cenário de pressão nos bancos

Escrito por: Contraf-CUT com Seeb Porto Alegre • Publicado em: 22/09/2014

O documentário "Quem está doente é o banco - A verdade sobre o assédio moral", realizado pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, já está disponível no Youtube e vale a pena ser assistido. O vídeo de 36 minutos mostra o drama, o sofrimento e o impacto sobre a saúde do trabalhador a que estão submetidos os bancários em seus locais de trabalho.

A produção é do Coletivo Catarse e os personagens são homens e mulheres que adoeceram no trabalho bancário e contam as suas histórias de sofrimento. Sofrimento, aliás, que, muitas vezes, nem sabiam que estavam passando. Fica transparente a relação de causa e efeito entre assédio moral e casos de afastamento por adoecimento psíquico de bancários.

Lançamento

A sessão de estreia aconteceu no último dia 8, no CineBancários, na capital gaúcha, com a presença de bancários e integrantes do Grupo de Ação Solidária (GAS), do Sindicato, e representantes de entidades, como a Contraf-CUT.

Após a exibição, houve um debate com a participação da doutora em psicologia da UFRGS, Maria da Graça Jacques, da juíza auxiliar da Corregedoria do TRT 4ª Região, Andrea Nocchi, do ex-presidente do Sindicato, Mauro Salles, e do produtor do Coletivo Catarse, Marcelo Cougo.

Eles chamaram a atenção para a responsabilidade dos bancos, salientando a necessidade do fim das metas abusivas, do combate ao assédio moral e da mudança da gestão das empresas para proteger a saúde dos trabalhadores.

Nesta quinta-feira (18), o documentário foi exibido no auditório da Contraf-CUT, em São Paulo, durante a reunião do Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador, mostrando para dirigentes sindicais de todo o Brasil o drama do assédio moral na vida dos bancários.

Portal da CUT

ReperCUT Paraná: As terceirizações no Brasil

Programa tem como pauta as tentativas patronais de precarização do trabalho

Escrito por: CUT-PR • Publicado em: 22/09/2014

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem em sua agenda um julgamento que poderá mudar drasticamente as relações de trabalho no Brasil, envolvendo a liberação das terceirizações no País como forma de contratação. Para debater o tema e as consequências deste modelo para a classe trabalhadora, o ReperCUT Paraná recebeu em seu estúdio o advogado e professor universitário Ricardo Mendonça e o presidente do SindiPetro PR/SC, Mário Dal Zot.

Ambos foram unânimes na avaliação de que, caso o STF adote o entendimento contrário ao do TST, liberando a terceirização no País, as consequências serão trágicas para a classe trabalhadora. Dal Zot exemplificou com dados do sistema Petrobrás. "De 1995 para cá tivemos 332 mortes, sendo 65 de trabalhadores próprios da empresa e 267 que eram terceirizados. Alguma explicação tem relação com isso. No dia-a-dia do trabalho vemos claramente a diferença, como é precário o treinamento dos trabalhadores terceirizados e o rodízio de mão de obra para diminuir custos", revelou.

O advogado Ricardo Mendonça, que participou da defesa contrária a terceirização que será realizada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), exemplificou com dados preocupantes do setor dos eletricitários. "Numa análise desde 2010 sete trabalhadores ativos, ou seja, não terceirizados morreram em acidentes de trabalho. Neste mesmo período o número de mortes com terceirizados foi de 73, ou seja, dez vezes mais", revelou.

Este, de acordo com Mendonça, é um dos pontos que vão compor a defesa no STF, cujo o objetivo central será desmistificar informações tomadas como verdadeiras. "Vamos desconstruir mitos, como o de que a terceirização gera empregos, nunca gerou. Nem nos países em que nasceu, muito menos nos países periféricos que adotaram este modelo a partir do final da década de 80 e no nosso caso, na década de 90. Ela nunca gerou emprego, pelo menos não emprego decente", revelou.

Dal Zot reforçou a tese citando exemplos claros vividos pelos petroleiros. "Em uma plataforma, como estas novas que estão aparecendo, 100% são terceirizados. Só por ali (nas plataformas) você percebe a diferença. O regime de trabalho é de 14 por 14, ou seja, trabalha-se 14 dias para ter 14 dias de descanso. No caso do trabalhador próprio da Petrobrás o regime é de 14 dias de trabalho para 21 dias de folga", relata o presidente do SindiPetro PR/SC.

Estes exemplos apenas ampliam o receio da classe trabalhadora e das entidades que trabalham em sua defesa. Com o julgamento no STF ainda sem data marcada, este é apenas mais um dos campos de batalha no qual esta guerra está sendo travada. Durante 2013 a tentativa patronal de escancarar as terceirizações ocorreu no legislativo, com o Projeto de Lei 4.430/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

Após a pressão destas entidades de defesa da classe trabalhadora, sobretudo da CUT, o projeto foi engavetado. Mas mesmo como uma eventual nova vitória, desta vez nos tribunais, a guerra ainda não está totalmente vencida. Um novo pedido no STF já foi protocolizado pelo setor do agronegócio para que as terceirizações não sejam proibidas.

Portal Gestão Sindical

Terceirização: discutindo caminhos

20/09/2014 por Anamatra - Por Fabrício Cândido e Viviane Dias, da assessoria de Imprensa da Anamatra

A Anamatra protocolou na tarde desta quinta-feira (18/9), no Supremo Tribunal Federal (STF), pedido de ingresso como amicus curiae no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 713211, com repercussão geral, de relatoria do ministro Luiz Fux, que coloca em debate o conceito da atividade-fim de uma empresa e quais atividades de uma empresa podem ou não ser terceirizadas. O protocolo foi feito pelo presidente e vice-presidente da Anamatra, respectivamente

Paulo Luiz Schmidt e Germano Siqueira, além dos advogados da Ordem dos Advogados (OAB) do Paraná, Wilson Ramos Filho e Ricardo Nunes Mendonça.

Na ação em debate no Supremo, uma empresa de celulose de Minas Gerais que explorava ilicitamente a terceirização na atividade-fim, conforme constatado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), questiona no STF a constitucionalidade na Súmula 331 do TST. Na visão dos réus, a norma que consolida o entendimento jurisprudencial de que é proibida a prática da terceirização na atividade-fim, ou seja, na atividade principal de toda e qualquer empresa no Brasil, restringe a livre iniciativa e supostamente fere a legalidade.

Entre os argumentos levados pela Anamatra ao Supremo está o de que a entidade compreende que a Súmula 331 concretiza princípios constitucionais de proteção dos trabalhadores e dos direitos sociais, estabelecendo um regime de responsabilidade patrimonial do tomador de serviços que é, inclusive, mais flexível que o de outros países sul-americanos, como o Uruguai e o Chile, em que a responsabilidade do tomador de serviços é em princípio solidária com a da própria empresa prestadora de serviços.

"Na ação que chegou ao Supremo, ao que tudo indica, o caso não é diferente de muitos outros em que se utiliza mão-de-obra terceirizada de forma ilegal, precarizando as condições de trabalho", avalia o vice-presidente da Anamatra, Germano Siqueira. Para o magistrado, é papel das instituições, inclusive judiciárias, assegurar a dignidade da pessoa humana, não só como afirmação de princípios e como retórica, mas no cotidiano de cada um. "E a fragmentação dos direitos sociais certamente não é a melhor resposta para se chegar a esse objetivo", completa.

Para o diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos, Guilherme Feliciano, a atuação da Anamatra no caso da terceirização irregular em Minas Gerais "está sintonizada com os ideais estatutários da Associação, que envolvem a valorização do trabalho humano e a tutela dos direitos humanos fundamentais, notadamente os sociais".

Atuação histórica

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Fabrício Nogueira, lembra que a Anamatra é a contrária à regulamentação da terceirização e acompanha a tramitação das propostas legislativas sobre o tema, em especial o PL nº 4.330/2004. "A aprovação do projeto cancelará a liberação da terceirização em qualquer etapa da cadeia produtiva. Trata-se de uma afronta aos princípios do Direito do Trabalho e à própria dignidade do trabalhador", afirma o magistrado.

Entre as preocupações da entidade está a liberação geral da terceirização, inclusive na atividade-fim e a permissão da subcontratação em cadeia. A entidade também entende que a regulamentação da terceirização nos moldes como vem sendo proposta no Congresso vai significar o aumento desenfreado dessa forma de contratação, a migração de empregados diretos para a terceirização e, conseqüentemente, uma drástica redução da massa salarial no período.

A falta de isonomia de salários e de condições de trabalho entre empregado direto e o terceirizado, o que reforça a tese de que o PL nº 4.330/2004 segue uma lógica mercantilista e de estímulo à terceirização de forma irresponsável e sem freios também estão entre os argumentos da Anamatra, que são constantemente levados ao Parlamento.

Agência Sindical

Telefônica é condenada por terceirização ilegal

A empresa, que presta serviços de telefonia fixa em São Paulo e de telefonia móvel em todo o País, foi processada pelo Ministério Público do Trabalho por terceirizar serviços como instalação de linhas, aparelhos, fiação interna e equipamentos para recepção de TV por satélite, funções ligadas à sua atividade-fim.

A sentença da juíza titular da 65ª Vara do Trabalho de São Paulo determina que a Telefônica pague indenização por dano moral no valor de R\$ 1 milhão.

Além da indenização, a Justiça estabelece prazo de 30 dias para que a empresa contrate diretamente os terceirizados que exerçam funções ligadas às suas atividades finalísticas.

Mais informações: www.trtsp.jus.br

Portal da CUT

FUP exige da Petrobrás nova proposta salarial

Federação deu prazo até amanhã para resposta da empresa

Escrito por: FUP • Publicado em: 22/09/2014

Nesta sexta-feira, 19, a FUP se reuniu com a Petros e a Petrobrás, na sede da empresa no Rio de Janeiro, para cobrar uma solução que garanta o cumprimento da cláusula 181 do ACT, referente à extensão para os aposentados e pensionistas dos três níveis recebidos pela ativa em 2004, 2005 e 2006. Na reunião, a FUP voltou a reafirmar que a resolução desta questão é um ponto fundamental para o fechamento da campanha salarial deste ano. Além disso, a Federação deu prazo

até terça-feira, 23, para que a empresa apresente uma nova proposta salarial das cláusulas econômicas contemplando também o pagamento dos níveis.

No último dia 10, a Petrobrás apresentou uma proposta de reajuste, que conforme indicação do Conselho Deliberativo da FUP, foi rejeitada pelos trabalhadores em assembleias realizadas no decorrer desta semana em todo o país.

A empresa propôs ganho real entre 0,79% e 1%, bem abaixo dos 5,5% reivindicados pelos petroleiros e da média conquistada pelas categorias que já fecharam acordos.

O Conselho Deliberativo da FUP se reunirá novamente na próxima quinta-feira, 25, para definir os próximos passos da campanha.

Níveis Aposentados

Na reunião tripartite entre a FUP, Petros e Petrobrás, a empresa apresentou um levantamento de três diferentes grupos de aposentados e pensionistas que pleiteiam a extensão dos níveis. Segundo a empresa, 16.240 assistidos do Plano Petros têm ações em andamento referentes a esta questão em diferentes instâncias judiciais. O outro grupo, segundo a Petrobrás, é de 3.993 aposentados e pensionistas que perderam as ações na justiça, sendo que, 2.418 tiveram julgamentos transitados em julgado favoráveis à Petros e, outros 1.575 não tiveram julgamento do mérito, em função de perdas de prazo e outras circunstâncias. O terceiro grupo, ainda segundo a Petrobrás, abrange 18.220 assistidos do Plano Petros que não ingressaram com ações judiciais cobrando a extensão dos níveis.

A FUP voltou a reafirmar que a extensão dos níveis de 2004, 2005 e 2006 deve ser para todos os aposentados e pensionistas do Plano Petros.

Portal da CTB

Atendente ganha insalubridade por fazer limpeza de banheiros

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu (não entrou no mérito) de recurso do Cinemark Brasil S.A. contra condenação a pagar adicional de insalubridade a uma atendente. A Turma entendeu que, apesar de a limpeza não ser a função principal da empregada, ela recolhia lixo e higienizava banheiros, em contato com resíduos biológicos.

A trabalhadora foi admitida como "profissional de atendimento ao cliente" (PAC). Suas funções eram orientar os clientes no trajeto de saída, controlar ingressos e fazer a limpeza das salas de projeção, mas, após a saída da equipe de limpeza, assumia também a higienização dos banheiros, retirando papéis higiênicos usados e, eventualmente, limpando sanitários. A rede afirmou que isso acontecia de forma superficial e eventual, pois havia faxineiros contratados para a limpeza pesada dos toaletes.

A 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS) constatou que a atendente assumia habitualmente a limpeza dos banheiros após as 15h, quando a equipe de limpeza deixava o cinema. Por entender que estava exposta a agentes patogênicos, mesmo com o fornecimento de luvas, o juízo de primeiro grau reconheceu a atividade insalubre e deferiu o adicional no grau máximo, decisão confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).

O Cinemark recorreu, mas a condenação foi mantida. Para a Primeira Turma do TST, embora não tivesse como atividade fim a limpeza dos banheiros, a empregada a realizava diariamente e, pelo fato de exercê-la em local de grande circulação de pessoas, foi atraída para o caso a exceção prevista na Orientação Jurisprudencial 4, item II, da SDI-1. A decisão foi unânime, com base no voto do relator, ministro Hugo Carlos Scheuermann.

Por Fernanda Loureiro/CF

Portal da CTB

PM de Alckmin mata mais um trabalhador; veja o momento do tiro

O vendedor ambulante Carlos Augusto Muniz Braga, 30, foi assassinado pela Polícia Militar em São Paulo na última quinta-feira (18). O homicídio ocorreu no bairro da Lapa, onde tradicionalmente se concentram grupos de vendedores de rua, como consequência de uma ação policial de repressão contra os ambulantes.

O militar, cuja identidade não foi divulgada, foi preso em flagrante por homicídio, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública. No vídeo abaixo, conseguido pelo portal R7, é possível ver o momento exato em que o policial atira contra Braga. Reagindo violentamente, o militar mira e dispara na cabeça do vendedor. Dá então dois passos para trás e deposita a arma no chão.

Braga chegou a ser encaminhado para o Hospital das Clínicas, mas não resistiu à viagem. Revoltados, vendedores reagiram com indignação, apedrejando ônibus, ateando fogo a lixeiras e erguendo barricadas nas ruas próximas. Mesmo com as proximidades interditadas, a PM levou horas para retomar o controle da área, e muitas rotas de ônibus precisaram ser redirecionadas.

Vindo do Piauí, o ambulante era casado com outra vendedora e tinha quatro filhos.

Ação evidencia despreparo e truculência da corporação

A versão inicial da Polícia Militar, divulgada imediatamente após a ação, alegava que o vendedor havia sido atingido na costela em decorrência de um ato de resistência e que outro PM havia sido ferido na ocasião. Quando foi desbancada por um outro vídeo, no qual Braga aparece sangrando pelas narinas, a história passou para a rotineira "abertura de inquérito para apurar o caso", no encalço da prisão do agente de segurança.

Analisando o vídeo, fica evidente que o agente policial cometeu o crime em um momento de reação - enquanto apreendiam outro vendedor, prendendo-o ao chão, Braga tentou desarmar um dos PMs, dando abertura para a resposta brutal. Há muito o que se perguntar em torno dela: por que o policial estava com a arma na mão se nenhum dos ambulantes apresentava ameaça imediata?

Por que havia apenas três militares para realizar uma operação de detenção com dezenas de vendedores? Não há nenhuma diretriz para este tipo de situação? É assim que a PM treina seus membros para lidarem com grupo agitados?

O despreparo evidencia a falta de critério do Governo do Estado, e do governador Geraldo Alckmin, ao dar as diretrizes para suas forças de segurança. A truculência na forma de lidar com os vendedores revoltados não foi diferente da forma com a qual os militares trataram dos ocupantes do prédio na Rua São João na última quarta (17) ou, tempos atrás, dos moradores da comunidade de Pinheirinho. Em todos os casos, a violência e o abuso de autoridade foram as bases da ação policial - uma prática bem diferente da mensagem de "integração com a comunidade" divulgada por Alckmin em sua campanha à reeleição.

Renato Bazan - Portal CTB

Veja o vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=oM-kI3G-bA8>

Portal da CTB

Apesar dos lucros, banqueiros oferecem só 7% a trabalhadores

Depois de exatos 30 dias de negociações, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) oferece reajuste salarial de 7%, aumento real de apenas 0,65%, enquanto os bancários reivindicam 12,5% (aumento real de 5,4% mais inflação projetada em 6,35%). Para as demais verbas, o índice é o mesmo.

O piso salarial também está longe de atender a reivindicação. Os bancos oferecem só 7,5%. A categoria quer R\$ 2.979,25, valor do mínimo definido pelo Dieese. Em suma, a proposta, apresentada nesta sexta-feira (19/09), não passa nem perto do que consta na pauta e que os bancos podem pagar.

Em relação à PLR (Participação nos Lucros e Resultados), a regra segue os mesmos moldes do acordo coletivo de 2013. Quer dizer, 90% do salário reajustado em setembro de 2014, acrescido do valor fixo de R\$ 1.812,58, limitado a R\$ 9.723,61.

A parcela adicional é de 2,2% do lucro líquido apurado no exercício de 2014, dividido pelo número total de empregados elegíveis de acordo com as regras da convenção, em partes iguais, até o limite individual de R\$ 3.625,16. Tem mais, o benefício não pode ser superior a 15% do lucro líquido. A antecipação segue o mesmo modelo de 2013.

Cláusulas sociais de suma importância, como o fim das demissões, ampliação do quadro de funcionários para desafogar as agências, fim das metas e do assédio moral, segurança e igualdade de oportunidades foram deixados de lado novamente.

Desta forma, fica claro que a proposta precisa melhor, e muito, principalmente diante dos lucros expressivos, no primeiro semestre as principais organizações financeiras colocaram nos cofres R\$ 28,5 bilhões.

Sem alternativa, os bancários começam a preparar a greve. Na Bahia, a assembleia já tem data definida. É na quinta-feira (25/), às 18h, no Ginásio de Esportes do Sindicato, ladeira dos Aflitos. O calendário, que leva em conta prazos legais, consta ainda de uma nova reunião para organização do movimento na segunda-feira (29/09) e na terça-feira (30/09) a data de início da greve dos bancários.

Fonte: Seebba

Portal da CSB

Metas enlouquecem trabalhador

Problemas psicológicos e suicídios se tornaram frequentes desde a escalada neoliberal no mundo do trabalho

O esforço por "bater a meta" associado à nova organização do trabalho enlouquece. Os problemas mentais ou ligados ao comportamento são, atualmente, o terceiro motivo para a concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil. "Há dez anos essa causa sequer aparecia nos registros", afirma a médica do trabalho Margarida Barreto. Em 2013, o

INSS pagou 12.691 benefícios motivados por distúrbios mentais e, até agosto deste 2014, dos 2,95 milhões concedidos, mais de 7,6 mil foram para trabalhadores com este tipo de problema.

No mundo, segundo levantamento do Plano de Ação para a Saúde Mental 2013-2020 da Organização Mundial da Saúde (OMS), os distúrbios mentais representam 13% de todas as doenças e um terço das patologias não transmissíveis. O estudo mede a incidência geral e estima que cerca de 350 milhões de pessoas deverão sofrer de depressão e 90 milhões terão uma desordem pelo abuso ou dependência de substâncias nesse período no planeta. O agravamento do quadro mundial levou a OMS a criar um programa de monitoramento das populações de metrópoles, do qual o Brasil faz parte, o programa Pesquisa Mundial sobre Saúde Mental (*The World Mental Health Survey Initiative*). Os dados mais gerais levantados até agora na Região Metropolitana de São Paulo mostram que quase 30% dos moradores já sofrem com essas doenças, a maior prevalência entre os 24 países investigados.

Os registros do INSS não demonstram um avanço importante, ao contrário. Nos últimos três anos, 2013 foi o primeiro em que houve um aumento nos benefícios concedidos para casos de distúrbios mentais. O que segundo Maria Maeno, especialista em medicina do trabalho e há mais de vinte anos pesquisadora da Fundacentro, é resultado da subnotificação, motivada pelo preconceito social e por uma ação organizada das empresas. Na década de 1990, Maria militava por incluir o burnout – estresse agudo que leva a eventos cardiovasculares e de colapso mental altamente incapacitante – na lista de doenças funcionais.

Isso foi feito – em 2007 a partir de um levantamento no seu banco de dados, explica Maria – o INSS identificou alta incidência de determinadas doenças em atividades profissionais específicas e publicou um novo nexo técnico epidemiológico, composto de uma lista de cem doenças, incluindo os distúrbios mentais. “A partir disso, o perito é obrigado a reconhecer o nexo causal, mesmo sem o registro da empresa”, explica Maria. No primeiro ano em que vigorou, o número de benefícios concedido por transtornos mentais saltou de 612 (em 2006) para 7.690 (em 2007). “Ficamos sob esse impacto até 2009, quando se registrou mais de 13,4 mil benefícios”, diz Maria.

A afirmação de que a loucura que cresce em ritmo acelerado pode estar vindo das mudanças ocorridas no ambiente de trabalho é baseada na experiência empírica, nos resultados de estudos pontuais e na ocorrência de casos que os pesquisadores classificam como “evento sentinela”, pois servem como aviso de que algo está errado. Um deles foi um surto de distúrbios mentais que em 2004 afetou o quadro de vendedores das unidades de Diadema (SP) de uma grande rede de varejo. “Uma psiquiatra do convênio nos procurou para alertar que já havia atendido mais de quarenta pessoas de uma mesma empresa principalmente com depressão”, conta a psicóloga Eliana Pintor, coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) de São Bernardo do Campo (SP).

Cinco anos depois, o pesquisador Marcelo Augusto Finazzi Filho publicou um estudo de pós-graduação em administração da Universidade de Brasília (UnB) sobre a saúde mental de bancários mostrando que, entre 1993 e 2005, pelo menos um bancário cometeu suicídio a cada 20 dias. Entre 2007 e 2009, a Perdigão foi obrigada pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina a implantar um Programa de Reabilitação Ampliada (PRA) na sua unidade em Videira e descobriu que 12% dos funcionários das linhas de corte de aves e pouco mais de 13% dos que trabalhavam com suínos tinham pensamentos suicidas.

Margarida acompanhou diversas categorias nos últimos vinte anos e conta que a onda de privatização do final dos anos 80 e começo dos 90, entre Collor e FHC, foi seguida de vários episódios envolvendo transtornos mentais e suicídio entre os funcionários das empresas atingidas, independentemente da atividade. Antes de privatizar havia a necessidade de sanear, o que implicava em demissões. A estratégia para isso resultou na criação dos planos de demissão voluntária (PDV). “As pessoas aceitavam parti-par porque não havia escolha”, conta Margarida. A partir das privatizações e da generalização da política dos PDVs, as demissões passam a ser massivas. “Passou a ter PDVs envolvendo grupos com dois mil, oitocentos trabalhadores. Isso aconteceu na Embraer, por exemplo. O impacto sobre quem ficava era terrível. Na France Telecom, na França, nos dois anos seguintes ao PDV, em 2012 e 2013, ocorreram mais de cinquenta casos de suicídio”, conta Margarida.

ARAME TENSO SOB O SOL

“Quando e/e me examinou, eu gemi de dor. Ele disse bruscamente: ‘Como é que é, vai me deixar examinar ou não vai? Você veio aqui pra quê?’. Bem grosso, bem alto... Todo mundo lá fora ouviu” (M., preta, hérnia disca, indústria plástica)

O relato acima é um dos muitos colhidos por Margarida e publicados no livro *Violência, Saúde e Trabalho – Uma Jornada de Humilhações e Adoecimentos* e mostra o clima que leva o trabalhador a se submeter a rotinas acima de suas capacidades físicas e emocionais. “É difícil conseguir o reconhecimento da doença pelo sistema quando há danos físicos. Quando é uma doença mental ou

distúrbio de comportamento – como o alcoolismo relacionado ao trabalho -, é impossível”, conta Edson Luiz Passoni, diretor do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, que representa 75 mil trabalhadores em indústrias das cidades de São Paulo, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu e Caieiras.

O sindicalista diz que a situação dos trabalhadores que adoecem é delicada. “Muitos não procuram ajuda. Ficam com medo. As empresas sempre afastam com auxílio-doença, o que os deixa num limbo, sem receber da empresa e sem afastamento médico. Isso acontece há muito tempo, mas agora aumentou muito”, conta.

As empresas resistem em fazer o registro de acidente de trabalho porque pagam impostos escalonados de acordo com o nível de acidentes. Mais ocorrências significa alíquota maior.

Margarida diz que a aplicação das ideias neoliberais na organização da produção tensionou o ambiente funcional. “A partir de 2000 a violência no ambiente do trabalho, moral e psicológica, é cada vez maior. O estímulo acentuado à competitividade favorece um ambiente em que comportamentos violentos e de assédio venham à superfície”, explica. Porque todos estão pressionados pelas metas. Segundo a psicóloga do trabalho Renata Paparelli, que atua também como perita judicial, na gestão flexível há uma utilização dos mecanismos de controle. “Na gestão tradicional, na sexta, o povo sai para falar mal do chefe no fim do expediente. O que é impossível na gestão flexível, porque não tem mais chefe, tem uma meta”, explica.

PEDE PRA SAIR

Segundo o sociólogo Leonardo Mello e Silva, pesquisador no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, as metas têm uma história relativamente longa no Brasil. “Vem desde os anos 90. É uma ferramenta de gestão importada do modelo japonês, da Toyota, chamado *Just in time*. Gestão sem estoque”, explica. A fábrica vai produzir o que já vendeu. “É a demanda que empurra a produção”, completa. O impacto será adaptar os altos e baixos de consumo à rotina de trabalho. “Quando tem demanda, tem de trabalhar além da hora e quando não, fica em casa”, explica Leonardo, que estudou em 2004 o modelo em duas grandes indústrias do ramo têxtil, instaladas na capital paulista. Os bancos de hora servem para compensar esses desníveis. Quando a jornada flexível é associada à participação nos lucros e resultados, o que acontece em geral é o cumprimento voluntário de longas jornadas, que entram noite adentro.

O que chamou mais a atenção de Leonardo nesse estudo foi a transformação do amigo em carrasco. As duas fábricas pesquisadas tinham mulheres no seus quadros e aplicavam a gestão baseada em células de produção. “A propaganda diz que neste sistema, um ajudaria o outro”, explica o pesquisador. Cada célula tem uma meta que deve ser cumprida para ganhar o bônus ou a participação nos lucros e resultados (PLR). “Nestas fábricas, quando uma das colegas não entrava no mesmo ritmo, as outras pressionavam até a pessoa sair”, conta. Nesse contexto, o trabalho não é um lugar agradável de se ir e a pessoa já acorda tensa. “Notei muitos sintomas assim – se queixam muito de estresse. Era muita tristeza. Um sentimento de encurralamento”, diz.

Renata destaca outra questão importante na mudança da gestão, relacionada aos critérios de seleção e de avaliação. “Na tradicional, o critério era saber fazer. Hoje, o trabalhador é selecionado por saber ser. É a teoria da competência”, conta. Renata explica que esta mudança atinge o núcleo da subjetividade, pois identifica a pessoa que está disponível para “vestir a camisa” da empresa. O conflito entre capital e trabalho fica apagado; a empresa vira família e o trabalhador, colaborador. Em psicologia, isso é definido como uma forma mais sutil de controle, por que não tem ninguém que personifique o poder de decisão. “Por exemplo, na Revolução Francesa o povo decapitou os nobres. Na gestão flexível não tem como decapitar alguém: a meta é problema seu e nisso está a sua competência e a sua qualidade como gente. Porque o outro conseguiu e ganhou uma viagem para a Itália ou um vale-coxinha maior. E você está no rodapé da empresa”, continua Renata.

Margarida também aponta para o controle pelo colega como uma forma perversa de dominação que irá somar ainda mais violência ao ambiente funcional. Se o trabalhador denunciar, terá de apresentar testemunhas. “Isso é impossível no sistema de células. Todos têm medo e eles têm razões para ter medo. O colega não é o colega, é o concorrente dele”, diz Margarida.

O medo de ser expulso do que lhe foi acenado como “a oportunidade” da sua vida; a consciência do preconceito, que persiste contra quem está doente ou desempregado, e o isolamento que a nova organização do trabalho impõe, o empurram para a exaustão funcional e, ao adoecer, o trabalhador é jogado no vácuo absoluto. “Não vê mais sentido no que faz”, conta Margarida. A sensação é de ter sido traído. Eliana Pintor diz que encontrou, durante a intervenção no caso da rede de varejo em Diadema, inúmeros casos de pessoas que, ao se verem doentes e sozinhas se deram conta da armadilha em que caíram e entraram em surto. “Muitos diziam que tinham uma crise de choro ou surto de raiva só de ouvir a propaganda da loja na TV ou no jornal”, conta.

“QUANTOFRENIA”

Jornada flexível, trabalho em casa, participação nos lucros da empresa, relação de colaboração e incentivo à postura pró-ativa. Margarida diz que tudo isso seria mais do que saudável se fossem mantidos os limites humanos. À pressão acentuada e generalizada por aumentar os ganhos, natural na lógica financeira nos últimos cinco anos, somou-se outra, moral, insuportável segundo a médica. "Qualquer empresa hoje vive a quantofrenia, a doença da medida. Ao mesmo tempo que exige produção cada vez maior e mais barata, defende a qualidade do produto. Uma falácia", afirma.

O desconforto aparece porque nesta lógica se está sempre devendo. "As pessoas se sentem mal porque alguém cumpriu aquela meta não humana. Acentua a autoculpa. O processo aparece como ação da chefia imediata, mas na verdade, esse chefe também está pressionado. E uma organização que está por trás", diz. O médico e pesquisador na Escola Politécnica de Engenharia da USP, Laerte Idal Sznelwar, concorda com a essência benéfica do sistema de metas. "A meta em si não é ruim. Depende se faz sentido ou não na profissão. Se é 'meta-cenoura', que nunca chega, desestabiliza. Cria-se um monte de pessoas sem estímulo. Esvazia o trabalho", afirma.

Formado em 1980 pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Laerte se especializou em psiquiatria. Doutorou-se na França quando estudou ergonomia e conviveu com Christophe Dejourn, uma das maiores autoridades na área. Na Poli, acredita que terá mais chances de alterar o quadro do que pela medicina. "O que a gente faz como médico é muito mais orientar e medicar do que transformar. E precisa mexer. Trabalhar Fonte: MPS numa escola de engenharia faz sentido porque aqui estão os profissionais que têm uma responsabilidade muito grande nas condições de trabalho e na sua organização", explica.

Laerte diz que nas escolas de engenharia e administração se fala muito em gestão, mas o trabalho mesmo ninguém sabe direito o que é, porque ainda se baseiam em certos paradigmas, em que o trabalho é simplesmente uma execução. "Há muito que já mostramos que não é nada disso. Nunca o trabalho é igual ao que foi prescrito. Você enfrenta uma série de variabilidades, variações da própria pessoa ao longo do tempo e entre pessoas. Estamos tratando de gente", diz. Desde que iniciou as pesquisas na Poli, trabalhou com as mais diferentes profissões: pessoal de saúde, profissionais de rua e ligados ao poder público (agentes de estacionamento e de trânsito), motoristas de ônibus, de limpeza, principalmente hospitalar; controladores de voo, centrais de atendimento. "A mais recente é com juízes, principalmente com saúde mental no Judiciário", diz.

ORGANIZAÇÃO

Ele explica que não existe uma profissão que deixe a pessoa mal. "O que deixa a pessoa mal é a organização do trabalho. E a falta de reconhecimento, metas cada vez mais difíceis e inatingíveis. Atinge uma meta, já tem outra e depois outra... Desconsidera as pessoas e o coletivo como algo construído. E cria uma racionalidade sem considerar o que de fato é importante", afirma. Usa como exemplo o motorista de ônibus: o trabalho dele não é apenas guiar, mas prestar um serviço público de mobilidade das pessoas, que podem precisar de informação e de ajuda. "Se o importante é cumprir horário e gastar pouco combustível, tira todo o escopo da profissão", alerta. O que vai terminar em depressão.

Laerte encerrou os estudos sobre a saúde mental dos juízes há um ano, mas não pode revelar detalhes dos resultados que encontrou. "Atendemos a um edital do Conselho Nacional de Justiça, que ainda não liberou os dados", diz. O pesquisador afirma haver muito sofrimento entre esses profissionais, com ocorrência de casos graves de depressão. "O problema para o juiz é correr pelas metas e abrir mão da qualidade de uma sentença. Tem coisa que tem que estudar", diz. O que dificilmente acontece no clima de competição que o estabelecimento de metas provocou nos tribunais.

A reportagem da Caros Amigos acompanhou uma sessão de julgamento de recursos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para ver como é, na prática, o programa de mutirões. Os trabalhos são abertos todos os dias às 10 horas. As câmaras de julgamento, compostas de um juiz e pelo menos três desembargadores, devem tomar conhecimento e debater as questões propostas pelos recursos. Na manhã em que a reportagem esteve no Fórum, a 17ª Câmara de Direito Privado julgou 1.026 processos em menos de uma hora. Evidentemente, na prática, nada foi realmente visto pelo juiz ou mesmo pelos desembargadores. Como os casos da Justiça do Trabalho tendem a ser repetitivos, criaram-se soluções padronizadas para os casos mais comuns, que são aplicadas sem se considerar as especificidades. A reação de defesa do juiz, uma profissão com alta carga idealista, a possíveis injustiças – e de forma geral nas demais profissões –, segundo o psiquiatra, é o cinismo. "Quem não está cínico tenta fazer o melhor possível, só que ninguém reconhece e ele cansa", diz.

BALA NO SINDICALISMO

Lourival Batista Pereira, também diretor do Sindicato dos Químicos de São Paulo, diz que a gestão flexível é o maior ataque já feito à organização sindical e à classe trabalhadora. "É uma coisa planejada. Principalmente a questão do isolamento, que não acontece só com as células de

produção. Hoje há o trabalho em casa e a terceirização”, aponta. “Com o *home office*, adeus doenças relacionadas com o trabalho. A pessoa vai adoecer, morrer, se acidentar e nunca vai se fazer essa relação. Porque o trabalhador está em casa”, alerta. “Não dá para ter fiscalização das condições de trabalho na casa da pessoa. O fiscal não pode entrar. Nem a polícia. A lei das domésticas perdeu a eficácia por conta disso”, continua.

Lourival diz que o Tribunal Superior do Trabalho está com um programa para transformar em *home office* várias tarefas. Ele diz que também na Justiça de primeira instância, o juiz não lê os processos. “Faz a audiência, o juiz marca o julgamento e quem vai conduzir é o analista. O juiz só assina o acórdão”, diz. Uma simplificação que pode facilitar o sucesso das empresas em contornar mecanismos legais de defesa do trabalhador. “As empresas estão terceirizando todas as fases da produção que geram passivos trabalhistas. Se houver um acidente ou o trabalhador adoecer, a responsabilidade é da terceirizada”, avisa Lourival.

O foco no lucro estava por trás também da explosão daquele surto de depressão na rede de varejo citada anteriormente, que coincidiu com a premiação, intensamente divulgada pela mídia, dessa mesma rede pelos seus ganhos financeiros. Com mais de 55 mil funcionários, estes ganhos foram obtidos a partir da implantação da política de metas pelos filhos do fundador assim que assumiram a administração da empresa. Eliana organizou um programa de intervenção, incluindo visita surpresa de fiscalização e diz que, a partir dessa ação, algumas coisas mudaram na rede. “Começaram a ficar com medo, porque havia várias denúncias e reações negativas também dos clientes e abrandaram um pouco as pressões”, conta. Este caso, assim como os de suicídios relatados no início e os projetos que os estudaram, embora tivessem sido publicados, não chamaram a atenção da mídia. Em Santa Catarina, houve a criação de uma nova norma para as linhas de produção dos frigoríficos, que incluem pausas para descanso, mas não alteraram a questão central.

RELATO

Maria está afastada do trabalho há dois anos e meio por causa de uma síndrome de *burnout*, que a atingiu depois de trinta anos de trabalho em um banco, no qual chegou ao cargo de superintendente comercial. De família pobre, fez faculdade com sacrifício e trabalhou duro nas agências do interior. Passou por todas as funções, fez cursos para se qualificar, foi sendo promovida até chegar a superintendente. Diz que sua sentença de morte chegou como um presente: um *notebook* e um *smartphone*. “Trabalhava 16, 17 horas por dia. Não percebi que estava adoecendo. Tenho 1,56 metro e estava pesando 86 quilos. Só comia à noite e me enchia de doces o dia todo. Passava a semana em hotel e quando chegava na sexta, em casa, levava trabalho”. Desmoronou quando foi obrigada a parar para uma cirurgia. Teve um surto que a fez emagrecer 12 quilos em cinco dias. Perdeu massa muscular e ficou com deficiência de vitaminas por falta de sol e de movimento e a sua família também sofreu consequências. A filha mais nova entrou em depressão também e o marido está com diabetes e pressão alta. Sua situação funcional ainda não está definida.

Fonte: Lilian Primi/Caros Amigos

Portal Mundo Sindical

Fundição de Mauá abre contas para sindicato

Pela primeira vez em audiência na Justiça envolvendo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá houve acordo entre empresa e entidade para que um auditor contábil analise os dados financeiros da companhia, e apresente aos representantes dos trabalhadores.

Este foi o entendimento que o sindicato e a fundição de aço Vecom Brasil, de Mauá, chegaram, ontem, em audiência no TRT (Tribunal Regional do Trabalho), que indicará especialista para analisar a contabilidade. “Também vamos enviar um profissional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) para acompanhar essa apuração”, garantiu o diretor financeiro da entidade, Adilson Torres Santos, o Sapão.

A maioria dos 140 trabalhadores da Vecom estão em greve desde o dia 10. Isso porque eles querem receber R\$ 3.000 de PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Mas a empresa alegou que tem tido prejuízo nos últimos anos e não terá como pagar nada. Hoje, às 7h, o sindicato colocará em votação o acordo firmado ontem no TRT. Caso funcionários aprovem, eles voltam à produção e, conforme estimou Sapão, os resultados da auditoria devem sair em até duas semanas. “Se desaprovarem, o caso vai para julgamento na Justiça do Trabalho.”

DIFICULDADES - O diretor comercial da Vecom, Luiz Carlos Mondoni, confirmou que a empresa passa por dificuldades financeiras e que está de portas abertas para que verifiquem suas contas. “Estamos tendo prejuízo desde 2010”, observou.

A Vecom atua, principalmente, com componentes fundidos para fabricantes de válvulas. Direciona os esforços para os fornecedores diretos da Petrobras, que comprem de várias empresas

de fundição, e para companhias de energia elétrica. “Neste caso, nossa concorrência vem do mundo inteiro”, pontuou Mondoni.

“Nosso produto tem caído de preço, e o custo da mão de obra está subindo. Se forcarmos nos preços, perdemos. Muitas vezes nossos clientes não conseguem vender, porque concorrem com outras empresas, e isso reflete em nós. E quando tem pedido, vence quem tem o menor preço”, explicou o diretor, acrescentando que a greve agravou ainda mais a situação da companhia, pois os clientes têm cobrado o prazo de entrega.

Fonte: Pedro Souza/Diário do Grande ABC - 22/09/2014

Portal Mundo Sindical

Com mobilizações, metalúrgicos de três fábricas conquistam reajuste de 10%

Após a escalada de paralisações deflagrada pela categoria, metalúrgicos de três fábricas de São José dos Campos e Caçapava fecharam os primeiros acordos da Campanha Salarial 2014, nesta sexta-feira, dia 19. Os trabalhadores da TI Automotive, MWL e Sun Tech conquistaram 10% de reajuste.

O índice é uma grande vitória. Antes das mobilizações, os patrões queriam empurrar apenas a reposição da inflação, de 6,35%. No início da semana, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região já havia protocolado aviso de greve.

Na TI Automotive, fábrica de autopeças em São José dos Campos, os trabalhadores completaram cinco dias de paralisação, nesta sexta-feira. Pressionada, a empresa chegou a um acordo e aceitou reajustar os salários em 9,2% em setembro mais 0,73% em janeiro, totalizando os 10%, sendo 3,14% de aumento real médio.

Além disso, os trabalhadores da TI conquistaram a renovação das cláusulas sociais e estabilidade no emprego até 15 de janeiro de 2015. Os dias parados não serão descontados e apenas um dia será compensado. Com essa vitória, os trabalhadores encerraram a greve. A fábrica possui cerca de 650 funcionários.

Na MWL, fabricante de rodas e eixos ferroviários, em Caçapava, a conquista veio depois que os trabalhadores entraram em greve, na manhã desta sexta-feira. Além do reajuste salarial (também dividido entre setembro e janeiro), não haverá desconto das horas paradas durante a greve e a empresa se comprometeu a efetivar 22 temporários que trabalham na fábrica. A proposta foi aprovada em assembleia.

Na Sun Tech, fornecedora da LG Celulares, com cerca de 400 trabalhadores em São José dos Campos, o reajuste será aplicado integralmente em 1º de setembro, o que representa 3,43% de aumento real. As cláusulas sociais ainda estão em discussão e as trabalhadoras reivindicam, entre outros pontos, licença remunerada para vítimas de violência doméstica e ampliação do período de auxílio-creche.

Mobilização continua

Onde ainda não houve acordo, as mobilizações continuam. Os trabalhadores da Deca, em Jacareí, atrasaram a entrada em uma hora, nesta sexta-feira, e reafirmaram que, se não houver acordo, vai ter paralisação. A empresa fabrica válvulas e possui cerca de 150 trabalhadores. Ao longo da semana, também houve mobilizações na Armco, Parker Hannifin, Parker Filtros, Alestis, Sobraer e Wirex Cable.

“Toda a categoria está se mostrando bastante mobilizada, o que certamente vai levar a uma Campanha Salarial vitoriosa para todos os trabalhadores. É como dissemos desde o começo: só a luta leva a conquistas”, afirma o diretor do Sindicato Emerson de Lima.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 22/09/2014

Portal da UGT

Trabalhadores são treinados na prevenção e no combate ao trabalho escravo

Representantes de trabalhadores rurais de todo o país estão sendo treinados em Brasília para atuarem na prevenção e no combate ao trabalho escravo em seus estados. As palestras são oferecidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo do encontro é intensificar a participação dos trabalhadores para prevenir e detectar situações análogas à escravidão.

Para a OIT, o trabalho escravo está generalizado no mundo. O órgão estima que o total de vítimas do trabalho forçado em todo o planeta chega 20 milhões de pessoas. Andrea Araújo, do Programa de Combate ao Trabalho Forçado da OIT, diz, no entanto, que o Brasil é referência mundial no combate às situações análogas à escravidão no trabalho.

“O Brasil tem toda uma política nacional que conseguiu, desde 1995, reduzir os números do trabalho escravo”, disse. Para Andrea, o país precisa, agora, focar em trabalhos de prevenção e

apoio aos trabalhadores resgatados. "É um tripé: fomentar a prevenção, estimular a denúncia e aumentar a assistência aos trabalhadores vítimas da prática. As pessoas que estão aqui hoje têm papel chave em levar essa mensagem para as comunidades".

Segundo a Contag, entre 1995 e maio de 2014, mais de 45 mil trabalhadores vítimas de trabalho escravo foram libertados no Brasil. De acordo com o órgão, foram feitas 1.587 operações de fiscalização no período.

Para o secretário de Assalariados da Contag, que cuida de assuntos relativos ao trabalho escravo, os trabalhadores são submetidos a essa situação pela sua condição de vida. "Os trabalhadores são vulneráveis devido à baixa escolaridade, às dificuldades enfrentadas. Quando ele vai para o trabalho escravo, vai com uma promessa boa e, quando chega lá, não é nada do que imaginou".

Um dos estados com maior número de trabalhadores resgatados, segundo a Contag, é o Pará. O trabalhador rural da cidade paraense de Castanhal, Valberto Maia, diz que a prevenção, com ações educativas nas comunidades, é a principal forma de combate ao trabalho escravo. "Quando alguém está com seus direitos trabalhistas cerceados, tem que denunciar, não pode esperar ser maltratado para procurar a Justiça ou os sindicatos".

Fonte: Agência Brasil

Portal da CUT

Agricultura Familiar é a Grande Responsável pelo Processo de Erradicação da Fome no Brasil, diz ONU

Relatório da FAO destaca políticas como Pronaf e PAA na redução da Fome no Brasil

Escrito por: FETRAF-SUL • Publicado em: 22/09/2014

Em Relatório divulgado na última terça-feira (16) pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a ONU aponta o Brasil como referência no combate a fome e destaca a importante contribuição da agricultura familiar para essa realidade. Segundo o relatório, o Brasil conseguiu diminuir em 50% o número de pessoas que passam fome e saiu do Mapa Mundial da Fome neste ano de 2014. Políticas de fomento à produção agrícola – como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA são citadas pela ONU como fundamentais para esses avanços do país.

O diretor do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Daniel Balaban ressalta que 70% do consumo interno do Brasil é proveniente da Agricultura Familiar. Ele afirma que os pequenos agricultores que antes largavam suas terras em busca de emprego na cidade, hoje, graças às políticas de incentivo do governo, permanecem no campo, recebem capacitação técnica, e, têm garantia de venda dos seus produtos.

Para a ONU, o desempenho brasileiro é um marco. Hoje, o país tem 3,4 milhões de brasileiros que passam por insegurança alimentar, o que representa apenas 1,7% da população brasileira. A porcentagem de 5% é o limite que determina se um país superou o problema da fome. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) parabenizou o governo brasileiro pelos importantes passos institucionais e, implementação de marcos legais que possibilitaram os avanços no combate à fome no Brasil. De acordo com o coordenador residente do sistema das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek, "a insegurança alimentar é um tema complexo, que não se resolve apenas com o aumento da produção ou da distribuição de alimentos, mas com uma multiplicidade de ações e programas que o Brasil vem desenvolvendo muito bem".

Conforme o estudo, os gastos federais do ano de 2013, com programas e ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil totalizaram cerca de 78 bilhões de reais. Os investimentos em programas sociais aumentaram mais de 128% entre os anos de 2000 e 2012, enquanto a parcela desses programas no Produto Interno Bruto aumentou 31%. Neste mesmo ano, os programas relacionados com a produção e distribuição de alimentos, inclusive os destinados à promoção da agricultura familiar, foram responsáveis por um sexto do total de gastos federais em programas e ações de segurança alimentar e nutricional.

A representante adjunta da FAO para América Latina e Caribe, Eve Crowley disse que o Brasil é um grande exemplo para mundo por estabelecer como prioridade nacional a causa do combate à fome.

Monitor Mercantil, 22/09/14

Draghi: recuperação econômica na Zona do Euro está perdendo força

A recuperação econômica na Zona do Euro está perdendo impulso e os riscos à expansão são claramente negativos, afirmou o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Draghi, em discurso no Parlamento Europeu.

- As recentes informações sobre as condições econômicas que recebemos nos últimos meses vieram mais fracas do que o esperado. Enquanto a produção industrial e as encomendas às fábricas dão alguns sinais de otimismo, outros indicadores não sugeriram que a forte queda na economia parou - alertou Draghi.

A inflação na Zona do Euro vem apresentando uma tendência baixa por muito tempo e continuará assim nos próximos meses, antes de crescer gradualmente em 2015 e 2016.

- Nós vamos continuar monitorando os riscos à inflação decorrentes dos efeitos do baixo crescimento econômico, das tensões geopolíticas, das mudanças nas taxas de câmbio e de como se desenvolverá nossa política monetária"

Draghi disse ainda que com as medidas de afrouxamento monetário anunciadas em setembro, o BCE espera que a demanda na Zona do Euro se recupere e que as reformas estruturais ajudem o consumo privado e investimentos.

- Ao mesmo tempo, as tensões geopolíticas podem prejudicar a confiança do consumidor e das empresas.

Por último, Draghi afirmou que o programa de supervisão bancária da Zona do Euro, que começará em novembro e será liderado pelo BCE, é o maior passo até agora para uma maior integração na região.

Ele reforçou que as funções monetárias e de supervisão bancária da instituição serão devidamente separadas.

Agência CMA

Portal Gestão Sindical

Pilotos da Air France rejeitam proposta da direção para acabar com greve

22/09/2014 por IstoÉ Dinheiro

O principal sindicato de pilotos da Air France, o SNPL, rejeitou nesta segunda-feira a proposta da direção da empresa de suspender temporariamente o projeto de desenvolvimento de uma filial de baixo custo, a Transavia, em meio a uma greve de oito dias.

Depois de denunciar a "última provocação" do presidente do grupo AF-KLM, Alexandre de Juniac, o sindicato afirma em um comunicado que o anúncio feito na manhã desta segunda-feira é apenas uma "cortina de fumaça que não oferece mais garantias que os anúncios anteriores e que não soluciona nenhum problema".

Juniac anunciou aos sindicatos da empresa que o projeto para desenvolver na Europa a filial de baixo custo Transavia foi suspenso até dezembro.

A greve dos pilotos da Air France entrou nesta segunda-feira no oitavo dia consecutivo. Os grevistas não aceitam a expansão da filial de baixo custo, que consideram um caminho aberto para a "transferência" de empregos.

TeleSur

Air France suspende proyecto de bajo coste debido a huelga de pilotos

Transavia, el proyecto de bajo coste que la aerolínea Air France tenía planeado ejecutar en Europa, fue suspendido hasta diciembre debido a la huelga de pilotos que ya lleva una semana.

La directiva de la aerolínea Air France anunció este lunes la suspensión del proyecto de desarrollar en Europa una filial de bajo coste de la aerolínea. La suspensión (que es hasta diciembre) fue debido a la oposición de los pilotos a dicho plan y a una huelga que por segunda semana ha afectado la operatividad de la empresa con retrasos y cancelación de vuelos.

La suspensión del proyecto lo anunció el presidente del grupo Air France-KLM, Alexandre de Juniac, ante las organizaciones sindicales de la empresa.

Los pilotos exigen un contrato único, con iguales condiciones laborales y salariales, para todas las filiales de Air France, incluida la de bajo costo, denominada Transavia.

La dirección anunciará antes de las 12H00 GMT una propuesta de "esquema global de salida de crisis", según fuentes cercanas a la firma.

Cada jornada de huelga supone una pérdida de entre 10 y 15 millones de euros, según las cifras de la empresa, que desde el inicio del paro propone a los viajeros aplazar sus vuelos para una nueva fecha entre el 23 de septiembre y el 8 de octubre sin gastos suplementarios, siempre y cuando queden plazas disponibles.

La firma está inmersa en un proceso de reestructuración, que implica la reducción de más de cinco mil empleos hasta el 2015, tanto entre sus trabajadores de tierra como en las tripulaciones.

De acuerdo a lo informado por los sindicalistas, el acatamiento a la huelga abarca al 80 por ciento de pilotos y la empresa anuló a lo largo de la semana alrededor de 85 de cada 100 vuelos.

Organizado por Ernesto Germano